

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Curso Ciências Contábeis

Charles Luciano Gonçalves das Neves
Edenir Pablo Silva Vilarino
Fabrício Júnio Tavares
Jorge Alberes Vaz Moura
Kely Ferreira de Almeida
Luana Cardoso de Souza
Paola de Oliveira Assis

**O TESTE DE IMPAIRMENT PARA ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO E
SEUS EFEITOS FINANCEIROS E TRIBUTÁRIOS**

Belo Horizonte
2013

Charles Luciano Gonçalves das Neves

Edenir Pablo Silva Vilarino

Fabício Júnio Tavares

Jorge Alberes Vaz Moura

Kely Ferreira de Almeida

Luana Cardoso de Souza

Paola de Oliveira Assis

O TESTE DE IMPAIRMENT PARA ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO E SEUS EFEITOS FINANCEIROS E TRIBUTÁRIOS

Relatório de pesquisa apresentado no Trabalho Interdisciplinar do 6º período do Curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais São Gabriel.

Orientadores: Hildegardo Martins Lima, Josimara Sampaio Magalhães, Paulo Emidio Lopes Gaetani, Ronaldo Moreira de Castro.

Belo horizonte

2013

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Custos fixos totais (CF).....	29
FIGURA 2 – Custos variáveis totais (CV).....	29
FIGURA 3 - Demonstração do Resultado Custeio por Absorção.....	30

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Comparativo entre Custeios	32
QUADRO 2 – Diferenças entre Custeios	33
QUADRO 3 – Demonstrativo de Cálculo de <i>Imparment</i>	37
QUADRO 4 – Demonstrativo de Cálculo de <i>Imparment</i>	38
QUADRO 5 – Contas a Receber.....	40
QUADRO 6 – Constituição de Ativo Fiscal Diferido	41
QUADRO 7 – Demonstração de Resultado Custeio por Absorção	43
QUADRO 8 – Demonstração de Resultado Custeio Variável	43

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Projeto de Investimento pay-back simples	35
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Créditos Tributários (CEMIG).....	39
GRÁFICO 2 - Resultado do período utilizando os métodos de absorção e variável.....	44
GRÁFICO 3 - Estoque final utilizando os métodos de custeios absorção e variável	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art - Artigo

CF - Custos Fixos

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CPV - Custo do Produto Vendido

CV - Custos Variáveis

IAS - International Accounting Standards Board

IFAC - International Federation of Accountants

IR - Imposto de Renda

LALUR - Livro de Apuração do Lucro Real

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 INTERDISCIPLINARIEDADE	8
3 REVISÃO DA LITERATURA	9
3.1 Controladoria Financeira	9
3.1.1 Ciclos Financeiro, Econômico e Operacional.....	10
3.1.1.1 Ciclo Financeiro	10
3.1.1.2 Ciclo Econômico	11
3.1.1.3 Ciclo Operacional.....	11
3.1.2 Atividade de Financiamento.....	11
3.1.3 Atividade de Investimento	11
3.1.3.1 Investimento de capital.....	12
3.1.3.2 Análise do investimento	12
3.1.4 Atividades Operacionais.....	13
3.1.5 Políticas de estocagem ou administração de estoques	13
3.2 Contabilidade Internacional	13
3.2.1 Normas contábeis	13
3.2.2 Aspectos conceituais.....	14
3.2.3 Identificando uma perda por impairment.....	15
3.2.4 Estimando o valor recuperável	16
3.2.5 Calculando o valor justo líquido	17
3.2.6 Calculando o valor em uso.....	17
3.2.7 Estimando os fluxos e caixa futuros	17
3.2.8 Identificando a taxa de desconto.....	18
3.2.9 Reconhecendo e mensurando uma perda por impairment	18
3.2.10 Unidades geradoras de caixa.....	19
3.2.11 Momento de realização do teste de impairment.....	19
3.2.12 Alocação das perdas das unidades geradoras de caixa	20
3.2.13 Reversão da perda por desvalorização - impairment.....	20
3.3 Contabilidade Fiscal e Tributária	21
3.3.1 Tributação das Pessoas Jurídicas.....	21
3.3.2 Lucro Real.....	22
3.3.3 Adições e exclusões	23
3.3.4 Diferenças Temporárias.....	23
3.3.4.1 Diferenças temporárias tributáveis.....	24
3.3.4.2 Diferenças temporárias dedutíveis.....	24
3.3.5 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	25
3.3.5.1 Provisões	25
3.3.5.2 Passivos Contingentes	26
3.3.5.3 Ativo Contingente.....	27
3.4 Contabilidade Gerencial	27
3.4.1 Custos fixos e variáveis.....	28
3.4.2 Custeio por absorção.....	29
3.4.3 Custeio Variável	31

4 RESULTADO DA PESQUISA	35
4.1 Apresentação da empresa	35
4.2 Na Controladoria Financeira	35
4.2.1 Análise do investimento	35
4.2.2 Método de administração dos estoques	36
4.2.3 Custos de manutenção dos estoques	36
4.3 Na Contabilidade Internacional	37
4.3.1 Redução ao valor recuperável de ativos – impairment.....	37
4.4 Na Contabilidade Fiscal e Tributária.....	38
4.4.1 Ativo Fiscal Diferido - Cemig.....	38
4.4.2 Central da Cachaça Indústria e Comércio Ltda.	40
4.4.2.1 Provisão	40
4.4.2.2 Ativo Fiscal Diferido.....	40
4.4.2.3 Passivo Contingente	41
4.4.2.4 Ativo contingente:	41
4.5 Na Contabilidade Gerencial.....	42
4.5.1 Análise dos métodos de custeio por absorção e variável.....	42
5 CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICE A – DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS CEMIG 2011/2010	49
ANEXO A – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CENTRAL DA CACHAÇA 2012/2011	52

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho Interdisciplinar (T.I) realizado pelos alunos do 6º período do Curso de Ciências Contábeis com Ênfase em Controladoria da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, unidade São Gabriel, tem como tema “O Teste de Impairment para ativos de longa duração e seus efeitos financeiros e tributários.”

O objetivo geral deste trabalho é integrar horizontalmente as disciplinas: Controladoria Financeira, Contabilidade Internacional, Contabilidade Fiscal e Tributária e a Contabilidade Gerencial, permitindo uma visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil e sua execução esta determinada no currículo do curso como parte do plano acadêmico de pesquisa ampliando os conhecimentos e detalhando a realidade contábil no tocante ao aspecto financeiro das empresas, diante do critério para avaliação de ativos de longa duração, bem como o tratamento fiscal e tributário vigente ao tema referido.

A presente pesquisa acadêmica tem embasamento aos objetivos específicos propostos, que visam possibilitar a compreensão da Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade (CPC 00), em conformidade às normas internacionais de contabilidade (IFRS – International Financial Reporting Standards), aprovada pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) por meio da Deliberação nº 539/08 e pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução CFC 1374 de 16/12/2011, bem como a compreensão da forma da apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC 26), aprovado pelas Resoluções CFC 1185 de 28/08/2009 e CFC 1376 de 08/10/2011.

Dentro deste contexto a disciplina Contabilidade Internacional contemplada no trabalho interdisciplinar propõem a elaboração do Teste de Impairment, no qual as Reduções ao Valor Líquido Recuperável de Ativos devem ser observadas, em relação às consequências no ativo intangível e no imobilizado do teste. Além de individualizar as unidades geradoras de caixa e observar se os valores serão recuperáveis tendo em vista os benefícios econômicos futuros. No tocante a Controladoria Financeira o objetivo é identificar estratégias e adotada-las no gerenciamento do capital de giro, bem como à administração do ciclo operacional e financeiro, especialmente quanto às políticas de concessão de crédito aos clientes; quanto aos melhores prazos nos pagamentos aos fornecedores e quanto às políticas de estocagem, ou seja, um estudo sobre a viabilidade financeira do

empreendimento. Em relação à Contabilidade Tributária a proposta é a pesquisa sobre o ativo fiscal diferido, além das análises e contabilizações pertinentes ao CPC 25. Para finalizar, num aspecto gerencial tendo por referência a empresa como um sistema interdependente que tem como objetivo primordial a obtenção de resultado positivo, sendo gerenciada em obediência aos preceitos da legislação fiscal e tributária, a pesquisa deverá conter a elaboração de um demonstrativo contábil utilizando como base o custeio por absorção, comparativo a outro método de custeio gerencial, seja o ABC (Custeio Baseado em Atividades), Custo-padrão ou Custeio Variável ou Direto, onde fiquem evidenciadas as divergências entre os dois métodos, a pesquisa deverá conter inclusive, a análise das variações ocorridas nos resultados em ambos os custeios e emitir um parecer.

Para elaboração do trabalho interdisciplinar a metodologia utilizada constituiu-se de pesquisa via internet e pesquisa bibliográfica realizada ao acervo da Unidade São Gabriel da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. O trabalho elaborado está em conformidade ao Padrão PUC Minas de Normalização e Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

2 INTERDISCIPLINARIEDADE

O Trabalho Interdisciplinar tem como principal objetivo demonstrar que as disciplinas ofertadas nos cursos constituem um processo gerencial, onde as informações integram um só sistema. Para este semestre o T.I englobará as disciplinas de Contabilidade Gerencial, Contabilidade Fiscal e Tributaria Controladoria Financeira e Contabilidade Internacional.

Através da Contabilidade Gerencial, podemos observar o processo produtivo da empresa, analisando os critérios utilizados de produção, controle de custo, e métodos produtivos que resultam de fato em uma situação positiva para a empresa.

Na disciplina de contabilidade fiscal e tributária aprendemos a melhor forma de tributação para que a empresa não seja prejudicada com pagamentos de forma desnecessária e incorreta ao fisco. É um trabalho complexo e minucioso, mas de extrema importância para a empresa como um todo.

Através da controladoria financeira verificamos como a empresa está adotando estratégias de gerenciamento para aprimorar seu ciclo operacional e utilizar de seu capital de giro. Aprendemos a trabalhar controles e prazos para pagamentos e recebimentos, políticas de estocagem e garantir viabilidade econômica para empresa.

Por fim a contabilidade internacional integra a contabilidade brasileira com o mundo. Com o crescimento da economia a contabilidade viu a necessidade de se adequar para as transações internacionais, que são cada vez mais presentes e exigidas no mercado.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Taylor e Procter (2001) definem revisão de literatura como uma tomada de contas sobre o que foi publicado acerca de um tópico específico.

3.1 Controladoria Financeira

Na visão de Catelli (2001, pg. 344), a controladoria como ramo do conhecimento, tem como suporte para estabelecimento de suas bases teóricas a Teoria da Contabilidade, necessárias para construção de sistemas de informações podendo assim, auxiliar os gestores na tomada de decisões a fim de obterem eficácia gerencial.

O autor ainda enumera as premissas básicas da Controladoria onde destacamos algumas delas:

- a empresa é constituída sobre o pressuposto da continuidade;
- o resultado econômico é o melhor indicador da eficácia empresarial;
- o resultado econômico é base para a tomada de decisões
- as informações requeridas pelos gestores são devidamente suportadas por sistemas de informações. (CATELLI, 2001, p. 344-345).

A Administração financeira cuida de todos os aspectos referente a administração do capital de giro da empresa, como também a forma como a empresa vai se capitalizar se através de recursos vindo de terceiros ou integralizações de capital por parte de sócios ou acionistas etc.

Oliveira e outros (2002) enfatiza que a Controladoria deve estar capacitada a :

Organizar a reportar dados e informações relevantes para os tomadores de decisões;
Manter permanente monitoramento sobre os controles das diversas atividades e do desempenho de outros departamentos;
Exercer uma força ou influência capaz de influir nas decisões dos gestores da entidade.(OIVEIRA ET AL, 2002, p. 13).

A administração financeira tem por objetivo maximizar a riqueza dos acionistas da empresa. O administrador financeiro é o principal responsável pela criação de valor; para isso, envolve-se cada vez mais com os negócios da empresa como um todo. Suas atividades envolvem decisões estratégicas, como a seleção de

alternativas de investimentos e as decisões de financiamento de longo prazo, além de operações de curto prazo, como gestão de caixa, concessão de crédito a clientes, obtenção de crédito junto a fornecedores, negociação com bancos e gerenciamento do risco, entre outras. (JÚNIOR ET AL, 2005, p. 3).

3.1.1 Ciclos Financeiro, Econômico e Operacional

As atividades nas organizações são divididas na forma de ciclos, sendo estes financeiro, econômico e operacional e são utilizadas para avaliar o tempo em que as atividades da empresa são desenvolvidas.

O insumo mais importante da empresa é o tempo. Cada vez mais isso é verdade num mundo competitivo e internacionalizado. O Ciclo Econômico e Financeiro de uma empresa é o conceito que melhor incorpora a influência do tempo nas suas operações. (BRASIL E BRASIL, 2005, p.17).

Assim, Brasil e Brasil (2005, p.17) afirma que o ciclo econômico inicia-se “com as compras de matérias-primas e termina com as vendas dos produtos ou serviços acabados ou entregues”. Já o ciclo financeiro “começa com o pagamento dos fornecedores e termina com o recebimento das duplicatas, incluindo no intervalo vários outros desembolsos referente a salários, impostos, encargos, etc.”

3.1.1.1 Ciclo Financeiro

Na visão de Assaf Neto (2005, p. 466), "O ciclo financeiro (de caixa) identifica as necessidades de recursos da empresa que ocorrem desde o momento do pagamento aos fornecedores até o efetivo recebimento das vendas realizadas."

Um erro no planejamento do ciclo financeiro de uma empresa pode levá-la a inúmeras dificuldades financeiras. A mesma deverá negociar com fornecedores os maiores prazos para pagamentos de suas mercadorias, A Central da Cachaça por ser cliente fiel de seus principais fornecedores e ter uma relação de muito tempo e fidelidade com os mesmos consegue parcelar suas compras em até três vezes sem juros assim não sacrifica seu caixa. E consegue uma vantagem, pois toda venda que realiza recebe em menos de trinta dias, pois a maioria das vendas é realizada através de cartões de Crédito e débito, assim seu fluxo de caixa não é prejudicado.

3.1.1.2Ciclo Econômico

Segundo Assaf Neto (2005, p. 466), “O ciclo econômico engloba fundamentalmente toda a base de produção da empresa, ou seja, estocagem de matérias-primas, fabricação e venda”

3.1.1.3Ciclo Operacional

O Ciclo operacional engloba o ciclo financeiro mais o ciclo econômico, assim todas as fases da atividade da empresa.

Assaf Neto descreve assim:

As atividades operacionais de uma empresa envolvem, de forma sequencial e repetitiva, a produção de bens e serviços e, em conseqüência, a realização de vendas e respectivos recebimentos. Nessas operações básicas procura a empresa obter determinado volume de lucro, de forma a remunerar as expectativas de retorno de suas diversas fontes de financiamento. (ASSAF NETO, 2005, p. 465).

3.1.2Atividade de Financiamento

Segundo Hoji (2010, p. 5), "As atividades de financiamento das empresas refletem os efeitos das decisões tomadas sobre forma de financiamento das atividades de operações e de investimentos"

Na execução dessa atividade a empresa opta por fazer seu capital de giro através de recursos de terceiros ou através de integralizações de capital por parte dos sócios, A Central da Cachaça optou por um modelo menos ousado de captação de recursos, a maioria das captações foi através da integralização por parte dos sócios a empresa entende que esta seja uma forma mais econômica e rentável, haja vista a alta taxa de juros cobradas pelas instituições bancárias, algo que tende a aumentar a medida que novos empréstimos são solicitados.

3.1.3Atividade de Investimento

Conceitua-se Oliveira (2002, p.43) “É todo valor aplicado ou gasto em troca de algo, sobre a qual se espera obter um benefício ou consumo futuro”. Oliveira

(2002 p. 43) afirma que a principal característica de um investimento é a não alteração no patrimônio da empresa pois ele trata-se da troca de um ativo, dinheiro, por outro ativo, ou a aceitação de uma dívida em troca de um ativo, sendo assim, não haverá redução no valor contábil da empresa.

As atividades de Investimento compreendem todas as aquisições de equipamentos, máquinas, veículos enfim itens dos Imobilizado com o qual ela espera obter um retorno.

3.1.3.1 Investimento de capital

Conforme apresenta Megliorini (2009), “decisões de investimento de capital estão relacionadas ao comprometimento da empresa quanto aos recursos de longo prazo”. Considerando que “[...] orçamento de capital é o processo pelo qual se avaliam e selecionam os projetos de investimentos de longo prazo”. (MEGLIORINI, 2009, p.122)

3.1.3.2 Análise do investimento

Megliorini (2009) destaca que, geralmente as empresas não dispõem de recursos suficientes para implementar todos os projetos considerados viáveis. Portanto, vários métodos de avaliativos permitem classificar os projetos a fim de auxiliar o processo decisório.

A análise dos investimentos é o modo de antecipar, por meio de estimativas, os resultados oferecidos pelos projetos. Empregar um conjunto de técnicas que possibilitem comparar os resultados de diferentes alternativas auxilia o tomador de decisões a fazer a análise. (MEGLIORINI, 2009, p.125).

Megliorini (2009) define que “o pay-back ou prazo de retorno representa o tempo necessário (anos, meses e dias) para a recuperação do investimento inicial”. Acrescenta que seu cálculo é bastante simples, bastando acumular as entradas líquidas de caixa até atingir o valor do investimento inicial. (MEGLIORINI, 2009)

Para Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2005) é um dos métodos mais utilizados nas decisões de investimento de longo prazo, principalmente como uma medida de risco.

3.1.4 Atividades Operacionais

Na visão de Hoji (2010, p. 4) "As atividades de operações existem, em função do negócio da empresa e são executadas com a finalidade de proporcionar um retorno adequado para os investimentos feitos pelos proprietários".

As atividades Operacionais são atividades responsáveis pela geração de caixa da empresa. São estas atividades a geração de receita, administração folha de pagamento e manutenção de suas instalações etc.

3.1.5 Políticas de estocagem ou administração de estoques

Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2005) explicam que os estoques são componentes importantes dos ativos circulantes, principalmente nas empresas comerciais e industriais, por representarem grandes volumes de dinheiro aplicado em comparação aos demais ativos circulantes.

Ainda segundo o autor "os estoques constituídos de bens destinados à venda ou à produção, vinculados aos objetivos da empresa". "[...] Por esse motivo, a administração dos estoques deve ser objeto de políticas que traduzam resultados eficazes em sua gestão". (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2005, p.374).

3.2 Contabilidade Internacional

3.2.1 Normas contábeis

As normas contábeis internacionais e brasileiras que regulamentam a matéria redução ao valor recuperável de ativos – *impairments* são as seguintes:

- **Internacional:** IAS 36, do International Accounting Standards Board;
- **Brasil:** Pronunciamento Técnico CPC 1, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

O principal objetivo e aplicabilidade da IAS 36 e do CPC é:

[...] é definir procedimentos visando a assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda. São de natureza geral e se aplicam a todos

os “ativos relevantes” relacionados às atividades industriais, comerciais, agropecuárias, minerais, financeiras, de serviços e outras, tais como: ativos imobilizados, intangíveis e financeiros. (PADOVEZE, BENEDICTO, LEITE, 2012, p.277).

3.2.2 Aspectos conceituais

Impairment segundo Padoveze, Benedicto e Leite (2012), “significa literalmente dano, desvalorização ou deterioração. Em termos contábeis, podemos definir *impairment* como declínio no valor de um ativo ou dano econômico”.

Segundo o Manual de Normas Internacionais de Contabilidade (Ernst & Young e Fipecafi) “a perda do valor recuperável de um ativo financeiro acontece quando o valor contábil atual é maior do que o valor estimado de recuperação, considerando, inclusive o valor do dinheiro no tempo.”

Para entendermos um pouco mais sobre a aplicação do teste de *impairment*, será importante conhecermos algumas definições que são apresentadas no CPC 01:

Mercado ativo é um mercado no qual todas as seguintes condições existem:

- a) os itens transacionados no mercado são homogêneos;
- b) vendedores e compradores com disposição para negociar podem ser encontrados a qualquer momento para efetuar a transação; e
- c) os preços estão disponíveis para o público.

Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Ativos corporativos são ativos, exceto ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), que contribuem, mesmo que indiretamente, para os fluxos de caixa futuros tanto da unidade geradora de caixa sob revisão quanto de outras unidades geradoras de caixa.

Despesas de venda ou de baixa são despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda ou à baixa de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, excluindo as despesas financeiras e de impostos sobre o resultado gerado.

Valor depreciável, amortizável e exaurível é o custo de um ativo, ou outra base que substitua o custo nas demonstrações contábeis, menos seu valor residual.

Depreciação, amortização e exaustão é a alocação sistemática do valor depreciável, amortizável e exaurível de ativos durante sua vida útil.

Valor justo líquido de despesa de venda é o montante a ser obtido pela venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa em transações em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, menos as despesas estimadas de venda.

Perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

Vida útil é:

- a) o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar um ativo; ou
- a) o número de unidades de produção ou de unidades semelhantes que a entidade espera obter do ativo.

Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

Valor residual é o valor estimado que a entidade obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL 01 p. 5 - 7).

3.2.3 Identificando uma perda por impairment

Anualmente as empresas deverão, a cada data das demonstrações contábeis avaliarem qualquer evidência que indique que o valor recuperável de algum ativo deva ser recalculado. Segundo Lemes e Carvalho (2010) “adicionalmente, mesmo que não exista evidência de qualquer perda por *impairment*, os seguintes ativos devem ser testados anualmente:”

- a) um ativo intangível que tem vida útil indefinida;
- b) um ativo intangível ainda não disponível para uso; e
- c) goodwill adquirido em uma combinação de negócios. (LEMES; CARVALHO, 2010, p. 148).

Ainda segundo Lemes e Carvalho (2010) as “evidências que põem indicar a existência de perdas por *impairment* incluem, entre outras:

- fontes externas: declínio significativo do valor e mercado, mudanças adversas da tecnologia, do mercado ou do ambiente econômico ou legal; aumento nas taxas de juros do mercado ou de outras taxas de retorno sobre os investimentos; valores maiores dos ativos líquidos (patrimônio líquido) em relação ao valor de capitalização de mercado (calculado com base no valor de mercado das ações ordinárias em circulação);

- fontes internas: obsolescência ou dano físico do ativo; o ativo tornou-se inútil; descontinuidade ou reestruturação das operações da entidade; desempenho do ativo abaixo do esperado; declínio ou redução nos fluxos de caixa gerados ou a serem gerados pelo ativo;
- para investimentos em controladas, controladas de controle conjunto ou associadas: após reconhecer os dividendos do investimento, o investidor tem evidências que o valor contábil do investimento excede o valor contábil dos ativos líquidos da investida, incluindo o goodwill relacionado, ou que os dividendos excedem o resultado abrangente total da investida no período. (LEMES; CARVALHO, 2010, p. 148).

3.2.4 Estimando o valor recuperável

Para estimar o valor recuperável é necessário o cálculo do valor em uso e valor justo líquido dos custos de venda, sendo que o valor recuperável é o maior entre os dois.

Segundo Lemes e Carvalho (2012):

Se não for possível determinar o valor justo do ativo líquido dos custos de venda em função da inexistência de uma base para uma estimativa dos custos de venda em função da inexistência de uma base para uma estimativa confiável do valor a ser obtido com a venda, a entidade pode considerar o valor em uso como seu valor recuperável. (LEMES; CARVALHO, 2012, p. 149).

Assim Lemes e Carvalho (2012) afirmam que “se não existir nenhuma razão para o valor em uso exceder o valor justo líquido dos custos de venda de um ativo, este último pode ser usado com seu valor recuperável.”

Ainda Lemes e Carvalho (2012) explicam que para realização do teste de *impairment* de ativos intangíveis de vida útil indefinida (eles não amortizados), a entidade pode usar o cálculo do valor recuperável mais recente do período anterior desde que todas as seguintes condições sejam atendidas:

- a) o ativo intangível é parte de uma unidade geradora de caixa e os ativos e passivos que compõem aquela unidade não tiveram alterações significativas desde o cálculo do valor recuperável mais recente;
- b) o valor recuperável mais recente excedeu substancialmente o valor contábil do ativo; e
- c) a probabilidade de que o valor recuperável corrente seja menor que o valor contábil do ativo é remota. (LEMES; CARVALHO, 2010, p. 149).

3.2.5 Calculando o valor justo líquido

Segundo Padoveze, Benedicto e Leite (2012) as normas internacionais e brasileiras de contabilidade indicam os seguintes métodos para se apurar o valor recuperável (valor justo):

- a) valor líquido de venda do ativo a partir de um contrato de venda formalizado;
- b) valor líquido de venda a partir de negociação em um mercado ativo, menos as despesas necessárias de venda;
- c) valor líquido de venda baseado na melhor informação disponível para alienação do ativo;
- d) valor em uso (fluxos de caixa futuros descontados para valor presente, derivados do uso contínuo dos ativos relacionados). (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012, p.278).

3.2.6 Calculando o valor em uso

Segundo Lemes e Carvalho (2010) para se calcular o valor em uso os seguintes elementos deverão fundamentar o cálculo:

- estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter do ativo;
- possíveis variações que podem ocorrer no valor ou prazo daqueles fluxos da caixa futuros;
- valor do dinheiro no tempo, representado por uma taxa de juros corrente, livre de riscos;
- incerteza inerente ao ativo;
- quaisquer outros fatores que poderão afetar os fluxos de caixa futuros do ativo. (LEMES; CARVALHO, 2010, p. 150).

3.2.7 Estimando os fluxos e caixa futuros

Segundo Lemes e Carvalho (2010):

As projeções dos fluxos de caixa futuros deverão se basear em suposições razoáveis e fundamentadas, com peso maior para as evidências externas. A entidade poderá utilizar projeções e orçamentos financeiros mais recentes. Essas projeções e orçamentos poderão cobrir um período máximo de cinco anos, a não ser que um período maior possa ser justificado. Ao estimar os fluxos de caixa para um período além daquele coberto pelas projeções e orçamentos, a entidade deve usar uma taxa de crescimento estável ou decrescente (a não ser que uma taxa crescente possa ser justificada). Essa taxa não poderá exceder a taxa média de crescimento de longo prazo para os produtos, indústria, mercado ou país em que a entidade opera. (LEMES, CARVALHO, 2010, p. 150).

Ainda segundo Lemes e Carvalho (2010), as estimativas dos fluxos de caixa futuros devem se fundamentar na condição atual do ativo e não devem incluir as previsões de entradas e saídas de caixa provenientes de:

- reestruturação futura com a qual a entidade ainda não esteja comprometida por não ter iniciado tal reestruturação; ou
- melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo. (LEMES; CARVALHO, 2010, p. 150).

Por fim Lemes e Carvalho (2010) afirmam que:

Se os fluxos e caixa futuros serão calculados em moeda estrangeira, eles deverão ser estimados nessa moeda e descontados usando uma taxa apropriada. O valor presente é, então, traduzido usando a taxa e câmbio da data do cálculo do valor em uso. (LEMES; CARVALHO, 2010, p. 151).

3.2.8 Identificando a taxa de desconto

Segundo Lemes e Carvalho (2010):

A taxa de desconto usada no cálculo do valor em uso deverá ser uma taxa antes dos impostos que reflita as avaliações do mercado corrente, quanto ao valor do dinheiro no tempo, e os riscos que se relacionam com o ativo. Os riscos aqui mencionados são aqueles remanescentes, ou seja, que não serviram de ajustes para os fluxos de caixa futuros, caso contrário, haveria duplicidade nas suposições. (LEMES; CARVALHO, 2010, p. 151).

Ainda segundo Lemes e Carvalho (2010):

Essa taxa é estimada a partir de uma taxa implícita nas transações do mercado para ativos similares ou a partir do custo de capital médio ponderado de uma entidade listada em bolsa, que tenha um ativo similar em termos de potencial de serviços e riscos. (LEMES; CARVALHO, 2010, p. 151).

3.2.9 Reconhecendo e mensurando uma perda por impairment

Segundo Lemes e Carvalho (2010) para reconhecer e mensurar uma perda por *impairment* necessário observar os seguintes detalhes:

Quando o valor recuperável de um ativo (maior entre valor justo líquido e valor em uso) for menor que seu valor contábil, o valor contábil deverá ser

reduzido para aquele valor recuperável e essa redução é contabilizada como uma perda.

A perda por *impairment* deverá ser reconhecida imediatamente em resultados, a não ser que o ativo esteja contabilizado ao valor reavaliado, quando então a perda deverá ser tratada como uma redução da reserva de reavaliação, até o limite dessa reserva.

Quando uma perda por *impairment* é reconhecida, a despesa de depreciação deverá ser ajustada nos futuros períodos para colocar o valor contábil revisado do ativo ao longo de sua vida útil remanescente. (LEMES, CARVALHO, 2010, p. 151).

3.2.10 Unidades geradoras de caixa

Segundo Padoveze, Benedicto e Leite (2012) podem ser considerados como unidades geradoras de caixa;

- a) um ativo único que tem capacidade de prestação de serviços geradora de caixa;
- b) o conjunto de ativos (máquinas, equipamentos, utensílios, veículos) de uma linha de produção e comercialização, como, por exemplo, uma linha de produção de determinada bebida, um conjunto de veículos de transporte para determinada bebida, um conjunto de veículos de transporte para determinados tipos de fretes etc.;
- c) um estabelecimento fabril ou comercial;
- d) uma divisão ou unidade de negócios etc. (PADOVEZE, BENEDICTO, LEITE, 2012, p.279).

Ainda segundo Padoveze, Benedicto e Leite (2012):

Quando não for possível medir a capacidade geradora de caixa de um único ativo, ou esta for insignificante, ou quando não houver possibilidade de identificar a capacidade e geração de caixa e um único ativo de forma independente de outros, deve-se fazer a mensuração da capacidade de um único ativo em conjunto com os ativos dos quais ele depende para fazer geração de caixa. (PADOVEZE, BENEDICTO, LEITE, 2012, p.279).

3.2.11 Momento de realização do teste de impairment

Segundo Lemes e Carvalho (2010) “o teste anual de *impairment* da unidade geradora de caixa pode ser realizado em qualquer momento do ano, desde que seja realizado na mesma data todo ano.”

Ainda segundo Lemes e Carvalho (2010):

Diferentes unidades geradoras de caixa podem ser testadas por *impairment* em diferentes momentos do ano. A exceção ocorre quando parte ou todo *goodwill* alocado à unidade geradora de caixa foi adquirido em uma combinação de negócios durante o ano. Nesse caso, a unidade deverá ser

testada por *impairment*antes do final daquele período contábil em que a aquisição ocorreu. (LEMES, CARVALHO, 2010, p. 154).

3.2.12 Alocação das perdas das unidades geradoras de caixa

Segundo Lemes e Carvalho (2010):

Ao contabilizar a perda por *impairment*, a redução do valor contábil dos ativos que compõem a unidade (ou grupo de unidades) geradora de caixa deverá ser reconhecida na seguinte ordem:

- a) primeiro reduz-se o valor do *goodwill* da unidade; e
- b) remanescendo perda a ser alocada, reduz-se o valor contábil dos ativos, proporcionalmente ao seu valor relativo na unidade. (LEMES; CARVALHO, 2010, p. 154).

Ainda segundo Lemes e Carvalho (2010):

Sob qualquer circunstância, ao alocar uma perda por *impairment*, a entidade não poderá reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior entre: seu valor justo menos os custos da venda, seu valor em uso zero. Ou seja, o valor contábil do ativo será reduzido (caso haja perda) até o maior entre o valor justo líquido e o valor em uso. Caso esses dois valores sejam negativos, o valor contábil do ativo será reduzido somente até zero. (LEMES; CARVALHO, 2010, p. 155).

3.2.13 Reversão da perda por desvalorização - *impairment*

Segundo Padoveze, Benedicto e Leite (2012):

As normas contábeis brasileira (CPC 1) e internacional (IAS 36) estabelecem que uma perda por *impairment* registrada de um ativo que não seja o *goodwill* (ágio por expectativa de rentabilidade futura) e que tenha sido reconhecida em períodos anteriores deve ser revertida, até o limite do montante registrado, se houver alteração nas estimativas do valor justo do ativo. (PADOVEZE, BENEDICTO, LEITE, 2012, p.282).

Ainda segundo Lemes e Carvalho (2010):

Ao reversão de uma perda por *impairment* significa um aumento no potencial de serviço estimado do ativo. Assim, uma perda não deverá ser revertida simplesmente em função da passagem do tempo. Essa passagem do tempo pode resultar em aumento no valor em uso do ativo, mas simplesmente em função da atualização do valor presente das entradas futuras de caixa, e não por aumento no potencial de serviços do ativo e, sendo esse o caso, a perda não pode ser revertida. (LEMES; CARVALHO;2010, p. 156).

3.3 Contabilidade Fiscal e Tributária

A contabilidade segundo Maeques (2011), é a ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades. Também conceitua, como a ciência que registra os fatos e gera informações do patrimônio da empresa.

Segundo o Código Tributário Nacional:

Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. (BRASIL, 1966).

No entanto, para calcular os tributos devidos, conforme instituído em lei, é necessário contratar um contador.

No dia-a-dia, o contador é orientado a seguir as normas apresentadas nas legislações vigentes, para apuração de impostos e entrega de demonstrações acessórias, sendo assim, imprescindível o conhecimento do contador na área tributária.

3.3.1 Tributação das Pessoas Jurídicas

A tributação das Pessoas Jurídicas, geralmente é feita por um dos três regimes:

- Lucro Real
- Lucro Presumido ou Arbitrado
- Simples Nacional

O art. 13 da Lei 9.718/98 dispõe que as empresas cuja receita bruta total (ou proporcional) no ano anterior for igual ou inferior a 48mi, poderá optar pelo Lucro Real ou Lucro Presumido.

3.3.2 Lucro Real

Conforme legislação que regulamenta o Imposto de Renda (Decreto. 3.000/99), a expressão “lucro real” significa lucro tributável, diferente de lucro contábil.

Art.247.Lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas por este Decreto (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º).

§1ºA determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada período de apuração com observância das disposições das leis comerciais (Lei nº 8.981, de 1995, art. 37, § 1º).

§2ºOs valores que, por competirem a outro período de apuração, forem, para efeito de determinação do lucro real, adicionados ao lucro líquido do período de apuração, ou dele excluídos, serão, na determinação do lucro real do período de apuração competente, excluídos do lucro líquido ou a ele adicionados, respectivamente, observado o disposto no parágrafo seguinte (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 4º).

§ 3ºOs valores controlados na parte "B" do Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR, existentes em 31 de dezembro de 1995, somente serão atualizados monetariamente até essa data, observada a legislação então vigente, ainda que venham a ser adicionados, excluídos ou compensados em períodos de apuração posteriores (Lei nº 9.249, de 1995, art. 6º). (BRASIL, 1999).

A Receita Federal também conceitua o lucro líquido:

Art. 248. O lucro líquido do período de apuração é a soma algébrica do lucro operacional (Capítulo V), dos resultados não operacionais (Capítulo VII), e das participações, e deverá ser determinado com observância dos preceitos da lei comercial (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 1º, Lei nº 7.450, de 1985, art. 18, e Lei nº 9.249, de 1995, art. 4º). (BRASIL, 1999).

De maneira mais clara, a Receita Federal esclarece: Lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal. A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada período de apuração com observância das leis comerciais.

De acordo com o CPC 32, Base Fiscal é:

A base fiscal de um ativo é o valor que será dedutível para fins fiscais contra quaisquer benefícios econômicos tributáveis que fluirão para a entidade quando ela recuperar o valor contábil desse ativo. Se aqueles benefícios econômicos não serão tributáveis, a base fiscal do ativo é igual ao seu valor contábil. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 32, 2009).

3.3.3 Adições e exclusões

As definições básicas de adições e exclusões segundo Pêgas (2011):

- Adições – Despesas contabilizadas e não aceitas pelo fisco: são despesas registradas na contabilidade que não são aceitas pelo fisco como dedutíveis para efeito de tributação, então essas despesas são adicionadas ao lucro.
- Adições – Receitas exigidas pelo fisco e não contabilizadas em receita. São receitas não contabilizadas, mas que o fisco exige seu reconhecimento para fins fiscais, com isso se adiciona ao lucro.
- Exclusões – Receitas contabilizadas e não exigidas pelo fisco: são receitas contabilizadas que o fisco não exige sua tributação, com isso são exclusas do lucro.
- Exclusões – Despesas aceitas pelo fisco e não contabilizadas em despesa: são deduções aceitas pelo fisco que não estão contabilizadas como despesa.

Algumas despesas que reduzem o lucro líquido, não são aceitas pelo fisco em nenhum momento, elas são chamadas de adições permanentes. Outras, não são aceitas no momento da apuração, mas são aceitas no futuro (condicionadas a algum fator), elas são chamadas de adições temporárias.

As exclusões que representarem reversão de adição temporária são chamadas exclusões temporárias. Já as exclusões realizadas, a fim de não compor o lucro da entidade no momento do cálculo do imposto, são chamadas de exclusões permanentes.

Ainda segundo o Comitê de Pronunciamento Contábeis 32 (2009)

- *Resultado contábil* é o lucro ou prejuízo para um período antes da dedução dos tributos sobre o lucro.
- *Lucro tributável* (prejuízo fiscal) é o lucro (prejuízo) para um período, determinado de acordo com as regras estabelecidas pelas autoridades tributárias, sobre o qual os tributos sobre o lucro são devidos (recuperáveis).
- *Despesa tributária* (*receita tributária*) é o valor total incluído na determinação do lucro ou prejuízo para o período relacionado com o tributo sobre o lucro corrente ou diferido.
- *Tributo corrente* é o valor do tributo devido (recuperável) sobre o lucro tributável (prejuízo fiscal) do período.

3.3.4 Diferenças Temporárias

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, define diferenças temporárias como diferenças entre o valor contábil de um ativo ou passivo e sua base fiscal.

As diferenças temporárias podem ser diferenças temporárias tributáveis ou diferenças temporárias dedutíveis.

3.3.4.1 Diferenças temporárias tributáveis

Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias que resultarão em valores tributáveis no futuro quando o valor contábil de um ativo ou passivo é recuperado ou liquidado.

O pronunciamento 32 regulamenta que um passivo fiscal diferido deve ser reconhecido para todas as diferenças, exceto para o que advenha de:

Reconhecimento inicial de ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill); ou reconhecimento inicial de ativo ou passivo em transação que: não é combinação de negócios; e no momento da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).(COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 32, 2009).

Ainda sobre diferenças temporárias tributáveis, o comitê descreve:

É inerente ao reconhecimento de ativo que seu valor contábil será recuperado na forma de benefícios econômicos que fluem para a entidade em períodos futuros. Quando o valor contábil de ativo excede sua base fiscal, o valor dos benefícios econômicos tributáveis excede o valor que será permitido como dedução para fins fiscais.

Essa diferença é uma diferença temporária tributável, e a obrigação de pagar o tributo incidente sobre o lucro em períodos futuros é um passivo fiscal diferido. À medida que a entidade recupera o valor contábil do ativo, a diferença temporária tributável reverterá e a entidade terá lucro tributável. Isso torna provável que os benefícios econômicos venham fluir da entidade na forma de pagamentos de tributos.

3.3.4.2 Diferenças temporárias dedutíveis

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias que resultarão em valores dedutíveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de futuros períodos quando o valor contábil do ativo ou passivo é recuperado ou liquidado.

Conforme o CPC 23, o ativo fiscal diferido deve ser reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis:

Na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o

ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que:

- Não é uma combinação de negócios; e
- No momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 23, 2009).

Da mesma forma que o comitê regula os passivos fiscais diferidos, ele institui:

É inerente ao reconhecimento de um passivo que o valor contábil seja liquidado em períodos futuros por meio de saída de recursos da entidade que incorporam benefícios econômicos. Quando os recursos fluem da entidade, parte ou todos os seus valores podem ser dedutíveis para determinar o lucro tributável de um período posterior ao período no qual o passivo é reconhecido. Nesses casos, existe a diferença temporária entre o valor contábil do passivo e sua base fiscal. Conseqüentemente, surge o ativo fiscal diferido relativo ao tributo sobre os lucros o qual será recuperável nos períodos futuros quando aquela parte do passivo for dedutível para determinar o lucro tributável. Similarmente, se o valor contábil do ativo é menor do que a sua base fiscal, a diferença dá margem a um ativo fiscal diferido decorrente dos tributos sobre o lucro que devem ser recuperáveis em períodos futuros.

3.3.5 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Para assegurar a aplicação de critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e outras providencias o comitê de pronunciamentos contábeis, institui o CPC 25 (2009), conforme:

[...] determina o tratamento contábil e os requisitos de divulgação para todas as provisões, passivos e ativos contingentes, exceto:

- (a) os que resultem de contratos a executar, exceto quando o contrato for oneroso. Contratos a executar são contratos pelos quais nenhuma parte cumpriu qualquer das suas obrigações ou ambas as partes só tenham parcialmente cumprido as suas obrigações em igual extensão.
- (b) os cobertos por um outro Pronunciamento Técnico.

3.3.5.1 Provisões

O CPC 25 define como provisão um passivo de prazo ou de valor incertos. Basicamente, a provisão se difere de outros passivos, pois não há certeza sobre prazo ou valor futuro para sua liquidação.

[...] provisões – que são reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes

e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

A grande diferença apontada, entre a provisão e o passivo contingente, é que a provisão é um passivo incerto, ou seja, não há como certeza sobre sua liquidação, porém, pode ser feita uma estimativa próxima. Já o passivo contingente está condicionado a eventos futuros, ou seja, pode acontecer ou não.

[...] passivos contingentes – que não são reconhecidos como passivo porque são:

- (i) obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- (ii) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).

Conforme o CPC 25, para o reconhecimento de uma provisão é necessário verificar os seguintes itens:

- ✓ A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- ✓ Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- ✓ Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

3.3.5.2 Passivos Contingentes

O passivo representa as obrigações da entidade, com base em fatos já ocorridos no passado, que ainda não foram liquidados, ou seja, valores que representem obrigações a serem liquidadas no futuro.

O Passivo contingente, conforme citado acima, é diferente das provisões, pois não pode ser estimado. Sendo assim, o passivo contingente não deve ser reconhecido.

- [...] (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida por que:

- (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
- (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

A entidade deve publicar descrições de natureza para cada passivo contingente, quando realizável:

- a) A estimativa do seu efeito financeiro, mensurada conforme os itens 36 a 52 do CPC 25;
- b) A indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída; e
- c) A possibilidade de qualquer reembolso.

3.3.5.3 Ativo Contingente

O ativo representa os bens e os direitos de uma determinada entidade.

Conforme definido pelo CPC 25 Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Assim como o passivo o ativo contingente não deve ser reconhecido, por se tratar de valores não estimados, que são resultados de eventos não planejados, podem até nunca ser realizados.

Quando for provável a entrada de benefícios econômicos, a entidade deve divulgar breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço e, quando praticável, uma estimativa dos seus efeitos financeiros, mensurada usando os princípios estabelecidos para as provisões nos itens 36 a 52.

É necessário que a entidade faça a avaliação periódica dos ativos, para que os valores sejam espelhados devidamente das demonstrações contábeis.

3.4 Contabilidade Gerencial

A Contabilidade Gerencial preocupa-se com a informação contábil útil à administração.

Segundo Sergio de Iudícibus, “a Contabilidade Gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira e de balanços etc., colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório”. (IUDÍCIBUS, 1987, p. 15)

De acordo com o IFAC – International Federation of Accounting (Federação Internacional de Contabilidade) o contador gerencial é definido como:

“Profissional que identifica, mede, acumula, analisa, interpreta e relata informações (tanto financeiras quanto operacionais) para uso da administração de uma empresa, nas funções de planejamento, avaliação e controle de suas atividades e para assegurar o uso apropriado e a responsabilidade abrangente de seus recursos”.

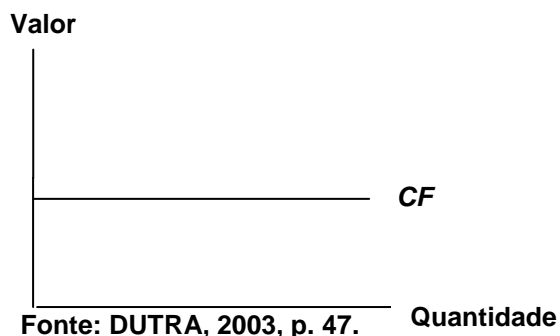
Diante do exposto entende-se que o mais importante para o contador ou administrador gerencial da empresa (*controller*) não é saber calcular, mas interpretar indicadores e elaborar relatórios com os pontos fortes e fracos do processo operacional e financeiro da empresa, visando propor alternativas de curso futuro.

3.4.1 Custos fixos e variáveis

Dutra (2003, p. 46), conceitua custo como sendo “o valor aceito pelo comprador para adquirir um bem ou é a soma de todos os valores agregados ao bem desde sua aquisição, até que ele atinja o estágio de comercialização”.

Para Perez Jr. (1999) os custos fixos não dependem do volume de produção, sendo encarados como encargos necessários para o funcionamento da empresa.

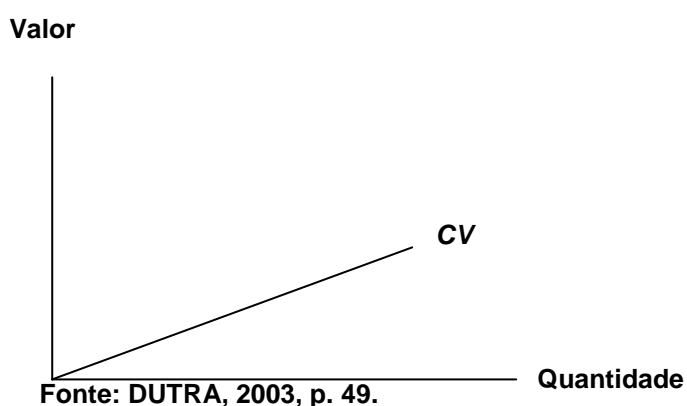
Os custos fixos são aqueles que não sofrem variações período após período, independente do volume de atividade.

Figura1: Custos fixos totais (CF)

Para Dutra (2003, p. 48) custos variáveis são definidos como:

Os custos que variam em função da variação do volume de atividade, ou seja, da variação da quantidade produzida no período. Quanto maior o volume de atividade no período, maior será o custo variável e, ao contrário, quanto menor o volume de atividade no período, menor será o custo variável.

Matéria-prima, mão-de-obra direta, combustíveis de máquinas, energia elétrica de acionamento de máquinas de produção (força) e impostos proporcionais ao volume de atividade, são exemplos de custos variáveis mencionados por Dutra (2003).

Figura2: Custos variáveis totais (CV)

3.4.2 Custeio por absorção

Para Leone no uso do custeio por absorção “apuração dos custos de produtos e serviços são unânimes em impor o uso do critério por absorção (...) o

custeio dos produtos deverá absorver todos os custos e despesas de fabricação, ignorando as despesas das outras funções, como a função administrativa e função comercial”. (LEONE, 2000, p.323).

Quando se trata de apuração de resultado, o custeio por absorção é o mais utilizado pelas empresas para atender a contabilidade financeira, e mais ainda, a legislação vigente, uma vez que todos os custos de produção (variáveis e fixos; diretos e indiretos) são agregados ao valor do estoque.

Eliseu Martins define este método como sendo:

“[...] o método derivado da aplicação dos princípios de contabilidade geralmente aceitos, nascido da situação histórica mencionada. Consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção; todos os gastos relativos ao esforço de produção são distribuídos para todos os produtos e serviços feitos”. (MARTINS, 2009, p.37).

Moura (2010, p.130) reafirma o método de custeio por absorção como “o método de custeio em que são apropriados todos os custos de fabricação, sejam eles diretos ou indiretos, fixos ou variáveis”.

Abaixo um modelo da Demonstração de Resultado sob o método de custeio por absorção, ilustrado pelo Megliorini (2002):

Figura 3: Demonstração do Resultado Custeio por Absorção

Vendas
(-) CPV (Custo do Produto Vendido)
Matéria Prima
Mão de obra direta
Custo Indireto Fabricação Fixo
Custo Indireto Fabricação Variável
(=) Lucro Bruto
(-) Despesas fixas
(-) Despesas variáveis
(-) Despesas administrativas fixas
(=) Lucro Operacional

Fonte: Megliorini, 2002. Adaptado

Crepaldi (2004) destaca os pontos positivos e as críticas do custeio por absorção:

Pontos Positivos – Custeio por Absorção

- Fixação de preços de venda mais reais, pois engloba todos os custos da empresa nos custos unitários dos produtos.
- Baseia-se nos Princípios Fundamentais da Contabilidade.
- Demonstra índices de liquidez reais.
- No Brasil, aceito pelo Fisco.

Críticas – Custeio por Absorção

- Os custos dos produtos não poderão ser comparados em base unitárias quando houver alterações no volume de produção.
- A forma de atribuição de custos indiretos é feita por meio de rateios, o que complica e aumenta o trabalho administrativo, além de conferir um grau de subjetividade a essa atribuição.
- Não oferece informações suficientes para a tomada de decisões, já que muitas das decisões se baseiam em análise separada dos custos fixos e variáveis: não permita análise do tipo relação Custo/Volume/Lucro.
- Dificulta o controle orçamentário e a determinação de padrões. (CREPALDI, 2004, p. 139).

3.4.3 Custeio Variável

Para Crepaldi (2004), “custeio variável é um tipo de custeamento que consiste em considerar como custo de produção do período apenas os Custos Variáveis incorridos” O autor ainda completa que “os custos fixos, pelo fato de existirem mesmo que não haja produção, não são considerados como custo de produção e sim como despesas, sendo encerrados diretamente no resultado do período”.

Com o passar do tempo, o método de custeio por absorção passou a não ser suficiente para questões gerenciais e análises mais criteriosas dentro da empresa. Outra ressalta esta dificuldade nos seguintes dizeres:

Esse método, porém, não atendia as necessidades das empresas no sentido de oferecer informações que auxiliassem na tomada de decisões estratégicas, notadamente num contexto de alta competitividade entre empresas, tendo em vista que os custos diretos se comportavam como variáveis e os indiretos como fixos, o que levaria ao conceito de que o novo método de custeio chamado “direto” se ocuparia exclusivamente dos custos diretos, dando aos custos indiretos tratamento de despesas e levando-os integralmente para o resultado do período. (DUTRA, 2003, p.229).

Na tomada de decisões, segundo Martins (2009), o Custeio Variável é capaz de proporcionar com mais agilidade informações cruciais à empresa. Mas completa que este custeio fere os princípios contábeis, pois nele os custos fixos não são reconhecidos juntamente com a receita, visto que os mesmos são deduzidos como

despesas após a apuração do custo do produto. Assim estes custos também não são aceitos para efeitos de balanços e resultado, mas de acordo com o autor, esta situação poderá ser alterada no futuro. Mesmo não sendo aceita para fins contábeis e fiscais, este método é uma ótima ferramenta para o controller/gerente.

Foram listados por Crepaldi (2004) alguns pontos positivos e negativos do custeio variável:

Pontos Positivos – Custeio Variável

- Os custos dos produtos podem ser comparados em bases unitárias, independentemente do volume de produção.
- Facilita o tempo e o trabalho despendidos, tornando mais prática a apuração e a apresentação de informações.
- Melhor controle dos custos fixos, por se apresentarem separadamente nas demonstrações.
- Facilita a elaboração e o controle de orçamentos e a determinação e o controle de padrões.
- Fornece mais instrumentos de controle gerencial.

Críticas – Custeio Variável

- Fere o Princípio Contábil da confrontação das receitas com os custos que contribuem para sua obtenção, exemplo: na demanda sazonal em que são apurados, alternadamente, prejuízos durante a produção sem vendas e lucro por ocasião das vendas.
- Pode prejudicar a análise por parte dos credores no que se refere aos índices de liquidez e capital circulante líquido.
- Não considera os custos fixos de determinação do preço de venda.
- Os custos fixos não são completamente fixos e tampouco os variáveis são completamente variáveis (separação categórica).
- No Brasil, não aceito pelo Fisco. (CREPALDI, 2004, p. 139-140)

Diante das colocações sobre o custeio por absorção e o custeio variável, pode-se constatar que, os mesmos, apresentam diferenças e semelhanças.

O quadro abaixo aponta algumas diferenças e semelhanças:

Quadro 1 – Comparativo entre Custeios

Custeio por Absorção	Custeio Variável
1 – Não há a preocupação em classificar custos fixos e variáveis.	1 – Classifica os custos em fixos e variáveis.
2 – Classifica os custos em diretos e indiretos.	2 – Classifica os custos em diretos e indiretos.
3 – Debita ao segmento, em cujo custo está sendo apurado os seus custos diretos e também os indiretos através de uma taxa de absorção.	3 – Debita ao segmento, em cujo custo está sendo apurado apenas os custos que são diretos ao mesmo e variáveis em relação ao parâmetro escolhido como base.
4 – Os resultados apresentados sofrem influência direta do volume de produção.	4 – Os resultados apresentados sofrem influência direta do volume de vendas.

5 – É um critério legal e fiscal, de uso externo.	5 – É um critério administrativo e gerencial, de uso interno.
6 – Aparentemente, sua filosofia básica alia-se aos preceitos geralmente aceitos de contabilidade, principalmente os fundamentos do regime de competência.	6 – Aparentemente sua filosofia básica contraria os preceitos geralmente aceitos de contabilidade, principalmente os fundamentos do regime de competência.
7 – Apresenta a marginal operacional diferença entre as receitas e os custos diretos e indiretos do segmento estudado.	7 – Apresenta a contribuição marginal diferença entre as receitas e os custos diretos e variáveis do segmento estudado.
8 – O custeamento por absorção destina-se a auxiliar a gerência no processo de determinação da rentabilidade e de avaliação patrimonial.	8 – O custeamento variável destina-se a auxiliar, sobretudo, a gerência no processo de planejamento e de tomada de decisões.
9 – Como o custeamento por absorção trata dos custos diretos e indiretos de determinado segmento, sem cogitar de perquirir se os custos são variáveis ou fixos, apresenta melhor visão para o controle da absorção dos custos da capacidade ociosa.	9 – Como o custeamento variável trata dos custos diretos e variáveis de determinado segmento, o controle da absorção dos custos da capacidade ociosa não é bem explorado.

Fonte: LEONE, 2000, p. 406-407

Moura (2005) também faz a sua contribuição, destacando algumas diferenças entre os dois métodos de custeio:

Quadro 2 – Diferenças entre Custeios

Custeio por Absorção	Custeio Variável
1 – Todos os custos de fabricação são considerados como custo do produto.	1 – Apenas os custos variáveis são considerados.
2 – O resultado varia em função da produção.	2 – O resultado varia somente em função das vendas.
3 – É necessário utilizar métodos de rateio, muitas vezes arbitrárias, para atribuir os custos fixos aos produtos.	3 – Não se utiliza métodos de rateio, os custos fixos são considerados como despesa e não com custo do produto.
4 – É possível estabelecer o custo total unitário dos produtos.	4 – Há um custo unitário parcial, pois considera os custos variáveis.
5 – Não identifica a margem de contribuição.	5 – Identifica a margem de contribuição unitária e global.
6 – Importante para decisões de longo prazo.	6 – Importante para decisões de curto prazo.

Fonte: MOURA, 2005.

De forma geral, verificando as diferenças e as semelhanças dos dois métodos de custeio, pode-se concluir que os mesmos são complementares, uma vez que, o custeio por absorção atende aos princípios fundamentais de contabilidade e à legislação fiscal e o variável fornece informações mais precisas para a tomada de decisões.

4 RESULTADO DA PESQUISA

4.1 Apresentação da empresa

A CENTRAL DA CACHAÇA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, é uma indústria que atua no ramo de fabricação de uma bebida tipicamente brasileira: a cachaça. Como é uma bebida típica da região e do país, a empresa se compromete em fabricar um produto de qualidade, para atender seus clientes exigentes. A localização de sua fábrica é no pólo industrial da cidade de Sabará MG, na região metropolitana de Belo Horizonte. Local que favorece a distribuição dos produtos, de acordo com estudos logísticos. Apesar dos estudos e planos de crescimento estar em desenvolvimento, percebe-se que a empresa está crescendo, e precisa investir em infra-estrutura para atender a demanda.

4.2 Na Controladoria Financeira

4.2.1 Análise do investimento

A Central da Cachaça tem a meta para a recuperação de seu investimento estipulada em três anos, e com o intuito de verificar a viabilidade de seu projeto de investimento realizou com seus fluxos de caixa líquidos estimados a seguinte análise:

Tabela 1 – Projeto de Investimento pay-back simples

ANO	FLUXO DE CAIXA	FLUXO ACUMULADO
	R\$	R\$
0	(90.000)	(90.000)
1	25.500	(64.500)
2	29.800	(34.700)
3	37.400	2.700
4	39.000	41.700
5	41.000	82.700

Fonte:Elaborado pelo grupo

Portando o projeto pôde ser considerado viável levando em conta os valores apresentados, com a recuperação do investimento inicial em 2 anos e 11 meses.

4.2.2 Método de administração dos estoques

O método utilizado pela Central da Cachaça é conhecido como Método da Faixa Vermelha. E sua utilização tem gerado em média oito encomendas anuais.

Lemes Júnior, Rigo e Cherobimo definem como:

Método de simples controle em que as unidades de determinado produto em estoque são colocadas numa caixa tendo uma faixa vermelha indicando o nível em que deve ser feita nova encomenda. É feita nova encomenda quando a faixa vermelha aparecer na caixa. A altura da faixa é determinada levando em conta o prazo de reposição definido pelo fornecedor. (LEMES JÚNIOR; RIGO; CHEROBIM, 2005, p.374).

4.2.3 Custos de manutenção dos estoques

São de extrema importância para a Central da Cachaça os custos com a manutenção de seus estoques e conforme evidenciam Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2005) as empresas não podem deixar de considerar os custos que estão diretamente ligados à manutenção de seus estoques, tais como os do investimento aplicado, armazenagem, transferência, impostos, seguros, perdas, controle, e obsolescência.

O custo financeiro de manter o estoque da Central da Cachaça é de 18% ao ano. Anteriormente a empresa realizou oito compras no período e utilizou 64.000 garrafas para a fabricação de seu principal produto. Cada garrafa custou em média R\$0,45.

Assim temos:

- Volume comprado por encomenda: $64.000/8 = 8.000$ garrafas
- Estoque médio = $8000/2 = 4.000$ garrafas
- Valor do estoque médio = $4.000 \times 0,45 = \text{R\$ } 1.800,00$

Com um custo financeiro de 18% ao ano, o encargo financeiro da manutenção de estoque foi de R\$324,00.

- $1.800,00 \times 0,18 = \text{R\$ } 324,00$

4.3 Na Contabilidade Internacional

4.3.1 Redução ao valor recuperável de ativos – *impairment*

Como já citado anteriormente o teste de *impairment* significa uma redução do ativo, abaixo teremos duas situações onde poderemos observar claramente como é feito o teste de *impairment*.

Quadro 3 – Demonstrativo de Cálculo de *Impairment*

Valor contábil	R\$	1.500.000,00
(-) Depreciação acumulada	-R\$	450.000,00
(=) Saldo Líquido	R\$	1.050.000,00
1. Preço Líquido de Venda		
Valor para comercialização	R\$	1.100.000,00
(-) Despesas para comercialização	-R\$	220.000,00
(=) Valor Justo	R\$	880.000,00
2. Valor em Uso		
Vida útil restante do ativo (n)		84 meses
Entradas líquidas mensais de caixa (PMT CHS)	R\$	18.000,00
Taxa de desconto (i)		1,20%
Valor presente líquido do fluxo futuro (PV)	R\$	949.283,35
Valor recuperavel da máquina	R\$	949.283,35
Perda por redução ao valor recuperável	R\$	100.716,65

Fonte: Elaborado pelo grupo

No exemplo acima podemos observar que houve perda no valor do ativo, pois tanto o valor justo quanto o valor presente líquido do fluxo futuro de caixa foram menores que o valor líquido registrado na contabilidade, nesse caso utilizará o valor do fluxo de caixa por ser maior que o valor de venda, apurando assim a diferença do fluxo de caixa pelo saldo líquido do valor contábil menos as depreciações, teremos o valor de redução do ativo que será registrado como *impairment*.

Abaixo teremos um exemplo onde não irá ocorrer a redução do ativo conforme razões abaixo.

Quadro 4 – Demonstrativo de Cálculo de *Imparment*

Valor contábil	R\$	292.500,00
(-) Depreciação acumulada	-R\$	5.243,76
(=) Saldo Líquido	R\$	287.256,24

1. Preço Líquido de Venda		
Valor para comercialização	R\$	220.000,00
(-) Despesas para comercialização	-R\$	5.000,00
(=) Valor Justo	R\$	215.000,00

2. Valor em Uso		
Vida útil restante do ativo (n)		84 meses
Entradas líquidas mensais de caixa (PMT CHS)	R\$	210.000,00
Taxa de desconto (i)		1,20%
Valor presente líquido do fluxo futuro (PV)	R\$	11.074.972,39

Valor recuperavel da máquina	R\$	-
-------------------------------------	------------	----------

Perda por redução ao valor recuperável	R\$	-
---	------------	----------

Fonte: Elaborado pelo grupo

No exemplo acima podemos observar que embora o valor de venda seja menor que o valor contábil líquido, devesse utilizar o maior valor entre o valor justo e o valor presente líquido do fluxo futuro para sabermos se houve perda no ativo. Nesse exemplo a empresa não terá redução no ativo tendo em vista que o valor de fluxo futuro do caixa é maior que o valor contábil líquido, não havendo perda do ativo, pois a longo prazo, haverá retorno do investimento.

4.4 Na Contabilidade Fiscal e Tributária

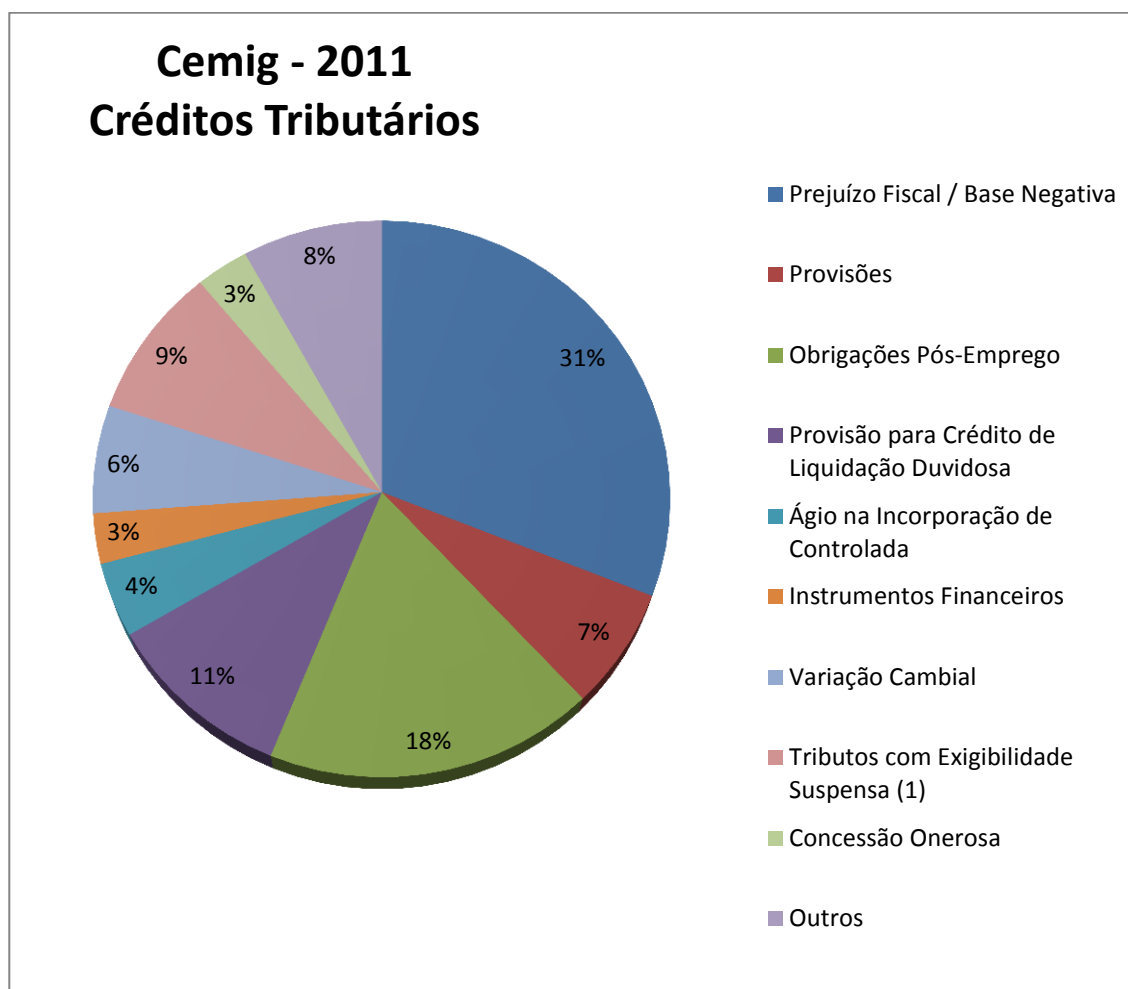
4.4.1 Ativo Fiscal Diferido - Cemig

Após a análise dos Balanços Patrimoniais da empresa Cemig, verificou-se um aumento no valor do Imposto de Renda e Contribuição social Diferidos no ano de 2011 (2 milhões) em relação ao ano de 2010 (1,8 milhões)

Nas notas explicativas apresentadas pela empresa em conjunto aos demonstrativos financeiros, a empresa esclarece que a constituição do crédito tributário foi realizada com as alíquotas de 25% e 9% para IRPJ e CSLL, respectivamente.

A maior parte da base de cálculo para constituição desse crédito em 2011 foi de Prejuízos Fiscais / Base Negativa, seguido por Obrigações Pós-Emprego.

Gráfico 1 – Créditos Tributários (CEMIG)



Fonte: Elaborado pelo grupo.

A companhia também explica em sua nota, que o conselho aprovou estudo técnico realizado, cuja projeção de lucratividade aponta que a empresa irá aproveitar os créditos fiscais constituídos em 2011, até 2021 (10 anos).

Todas as constituições de créditos fiscais foram realizadas de acordo com a legislação e normas contábeis vigentes.

4.4.2 Central da Cachaça Indústria e Comércio Ltda.

4.4.2.1 Provisão

A Central da Cachaça no ano de 2012 contabilizou contas a receber no valor de R\$62.791,20. Porém, após uma avaliação da diretoria com o auxílio do financeiro, constatou que seria necessário constituir uma provisão de créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$3.767,47, por que é possível que não haja recebimento por parte de um cliente, pois o mesmo está em processo de falência.

Quadro 5 – Contas a Receber

Classe de Consumidor	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
	2012			2012	2011
Comércio	34.460		3.767	38.227	2.749
Serviços	527			527	14
Outros	176			176	28
Subtotal - Consumidores	35.163	23.861	3.767	62.791	2.791
Provisão de crédito de liquidação duvidosa			-3.767	-3.767	
	<u>35.163</u>	<u>23.861</u>	<u>0</u>	<u>59.024</u>	<u>2.791</u>

Fonte: Elaborado pelo grupo.

4.4.2.2 Ativo Fiscal Diferido

Em decorrência do reconhecimento da provisão para crédito de liquidação duvidosa, a Central da Cachaça constituiu um ativo fiscal diferido conforme cálculo abaixo:

Quadro 6 – Constituição de Ativo Fiscal Diferido

Constituição de Créditos Tributários	2012
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	3.767
Base de Cálculo	3.767
Imposto de Renda (25%)	942
Contribuição Social (9%)	339
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	<u>1.281</u>

Fonte: Elaborado pelo grupo

4.4.2.3 Passivo Contingente

Há algumas semanas, um ex-empregado da empresa Central da Cachaça, entrou na justiça do trabalho com uma ação trabalhista, alegando que foi submetido a situações humilhantes e pediu indenização por assédio moral.

O valor pedido por essa indenização pela parte reclamante é de R\$50.000,00.

O advogado que a empresa contratou para sua defesa, alega que não há provas para argumentar a acusação. No entanto, a empresa reconhece em suas notas explicativas, a possibilidade de perder a causa.

Apesar do valor solicitado pela reclamante seja fixado na ação, este valor pode ser maior ou menor, de acordo com a negociação. Então, não é possível registrar com lançamentos contábeis no passivo.

4.4.2.4 Ativo contingente:

A Central da Cachaça assinou um acordo de investimento, para aquisição de participação societária na empresa Vale Verde S.A, na qual a empresa deterá 10% do capital social da Vale Verde. O acordo prevê novos investimentos na empresa em Betim/MG. Para concretização da compra, ainda é necessário à autorização por órgãos competentes. A previsão é que ocorra a autorização até o final de 2013.

4.5 Na Contabilidade Gerencial

4.5.1 Análise dos métodos de custeio por absorção e variável

Conforme demonstram os quadros abaixo, existe uma diferença relevante entre os dois métodos de custeio. Fazendo uma comparação entre eles, a primeira vista já se observa que no custeio por absorção quando a empresa vende mais, seu lucro é menor em relação ao método variável, isso devido ao cálculo do custo variável total, que no método de absorção é calculado utilizando as quantidades produzida e já pelo variável se utiliza a quantidade vendida.

Outro ponto relevante entre os dois métodos é a questão do estoque, enquanto o método de custeio por absorção considera o custo variável unitário para calcular o valor de seu estoque final, o método de absorção considera o custo unitário total. Por esse motivo o saldo final dos estoque no método de custeio por absorção fica muito maior e desta forma incoerente com a realidade.

Depois destas análises é fácil concluir que o método de custeio variável demonstra muito mais a realidade do custo da empresa nos períodos do que o método por absorção. O custeio variável para fins gerenciais é mais eficiente, tendo em vista que a gerência poderá contar com uma informação mais precisa do quanto estão gastando para produzir em determinado período. A empresa até poderá adotar o método variável, mas o aceite pelo fisco atualmente é o método de custeio por absorção, portanto é interessante utilizar o variável para melhorar o controle dos custos.

Quadro 7 – Demonstração de Resultado Custeio por Absorção

Descrição	2012	2011
Unidades Vendidas	8.400	4.651
Valor unitário	R\$ 25,00	R\$ 25,00
Vendas Totais	R\$ 210.000	R\$ 116.280
Custo Prod.Vendidos		
Custo de Produção		
Produção (unidades)	7.400	5.651
Custo Variável unitário	R\$ 7,93	R\$ 7,93
Custo Variável Total	R\$ 58.682	R\$ 44.814
Custo Fixo	R\$ 35.000	R\$ 35.000
(=)Custo Produtos Acabados	R\$ 93.682	R\$ 79.814
Custo Unitário	R\$ 12,66	R\$ 14,12
(-)EF Produtos Acabados (un)		R\$ 1.000
Estoque Final em R\$		R\$ 14.123
(+) EI Produtos Acabados	R\$ 14.123	R\$ -
(=) CPV	R\$ 107.805	R\$ 65.691
Resultado do Período	R\$ 102.195	R\$ 50.589
Resultado Acumulado	R\$ 152.784	R\$ 50.589

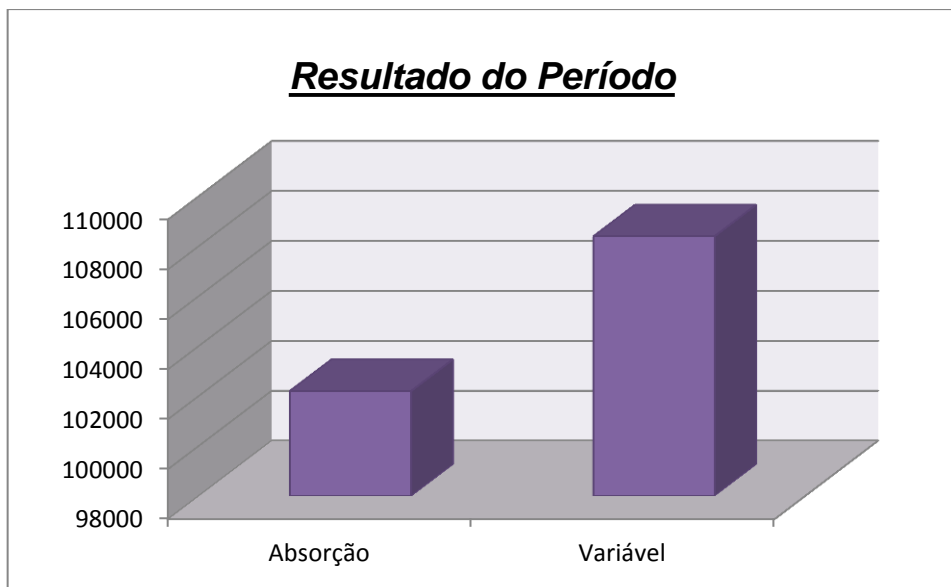
Fonte: Dados da pesquisa.

Quadro 8 - Demonstração de Resultado Custeio Variável

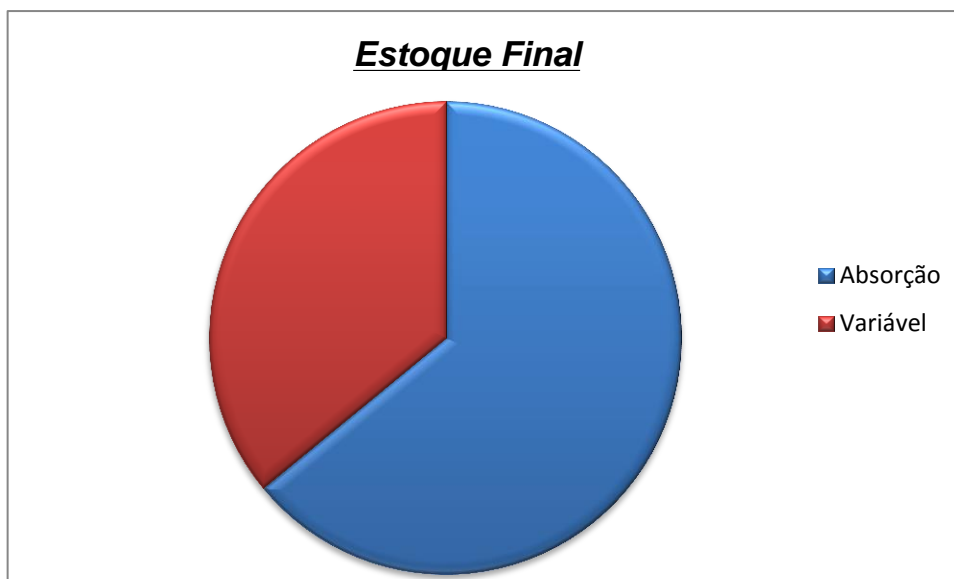
Descrição	2012	2011	TOTAL
Receita de Vendas	R\$ 210.000	R\$ 116.280	R\$ 326.280
(-)Custo Variável dos Produtos Vendidos	R\$ 66.612	R\$ 36.884	R\$ 103.496
(=) Margem de Contribuição	R\$ 143.388	R\$ 79.396	R\$ 222.784
(-) Custo Fixo	R\$ 35.000	R\$ 35.000	R\$ 70.000
(=) Resultado do Exercício	R\$ 108.388	R\$ 44.396	R\$ 152.784
Estoque Final		R\$ 7.930	R\$ -

Diferença entre os métodos	R\$ (6.193)	R\$ 6.193
-----------------------------------	--------------------	------------------

Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 2 – Resultado do período utilizando os métodos de absorção e variável

Fonte: Dados da pesquisa.

Gráfico 3 – Estoque final utilizando os métodos de custeios absorção e variável

Fonte: Dados da pesquisa.

5 CONCLUSÃO

A partir da integração entre as disciplinas de Contabilidade Internacional, Controladoria financeira, Contabilidade Gerencial e Contabilidade Fiscal e Tributária, foi possível ter uma visão completa das normas internacionais de contabilidade e os conceitos teórico e a prático para elaboração do Teste de Impairment para ativos de longa duração e seus efeitos financeiros e tributário.

A pesquisa propiciou conhecimento sobre a importância e os fundamentos para o gerenciamento do capital de giro, bem como à administração do ciclo operacional e financeiro, o estudo realizado é fundamental para que o aluno identifique a viabilidade financeira do empreendimento e possa ir além de uma perspectiva hipotética, aplicando o conhecimento obtido no cotidiano do profissional contábil.

Fica claro a importância da contabilidade gerencial e a importância da comparação entre os métodos de custeio para a elaboração dos demonstrativos contábeis e o quão fundamental é para os alunos a identificação das divergências entre os métodos. A comparação dos métodos proporcionou o conhecimento necessário para analisar as variações ocorridas no resultado e como isso afeta o empreendimento num modo geral.

A pesquisa propiciou inclusive o conhecimento o ativo fiscal diferido, além das análises e contabilizações pertinentes ao CPC 25, utilizando-se das disposições da Lei para o uso da tributação adequada para contabilização, observando a base de cálculo e as alíquotas para cada caso. Tendo em vista o adequado registro contábil dos lançamentos, percebeu-se o quanto esse tipo de operação é essencial e trata-se de um dos pontos do trabalho interdisciplinar que agregou bastante conhecimento, permitindo dessa forma uma maior proximidade com os registros e lançamentos contábeis.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 666 p.
- BORNIA, Antonio Cezar. **Análise gerencial de custos em empresas modernas**. Porto Alegre: Bookman, 2002. 203 p.
- BRASIL, Decreto nº 3000, de 26 de março de 1999. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 mar. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm>. Acesso em: 04 out. 2013.
- BRASIL, Haroldo Vinagre; BRASIL, Haroldo Guimarães. **Gestão financeira das empresas: um modelo dinâmico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005. 163 p.
- BRASIL, Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e Institui Normas Gerais de Direito Tributário Aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Código Tributário Nacional**. Brasília, 25 out. 1966. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/CodTributNaci/ctn.htm>>. Acesso em: 04 out. 2013.
- BRASIL, **Perguntas e Respostas Lucro Real**. Brasília, 31 dez. 2012. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/perguntao/dipj2013/Capitulo_VI_IRPJ_LucroReal2013.pdf>. Acesso em 04 out. 2013.
- CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Sirlei; COSTA, Fábio Moraes da. **Contabilidade internacional: aplicação das IFRS 2005**. São Paulo: Atlas, 2006. XIV, 271 p.
- CATELLI, Armando. **Controladoria: uma abordagem de gestão econômica – GECON**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 576 p.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 023. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=40>>. Acesso em: 04 out. 2013.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 025. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Disponível em <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=43>>. Acesso em: 04 out. 2013.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 032. Tributos sobre o Lucro. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=48>>. Acesso em: 04 out. 2013.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 373 p.
- DUTRA, René Gomes. **Custos: uma abordagem prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 394 p.

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras.** São Paulo: Atlas, 2009. 364 p.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 565 p.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. **Contador gerencial.** Disponível em: <<http://www.ifac.org/>>. Acesso em: 25 out. 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 332 p.

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula MussiSzabo. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas trabalhistas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 632 p.

LEMES, Sirlei; CARVALHO, L. Nelson. **Contabilidade internacional para graduação: texto, estudos de casos e questões de múltipla escolha.** São Paulo: Atlas, 2010. XIV, 232 p.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Custos: planejamento, implantação e controle.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. 520 p.

MARQUES, Wagner Luiz. **Contabilidade Tributária.** Paraná: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. 205 p.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 370 p.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos.** São Paulo: Markron Books, 2002, p.190.

MEGLIORINI, Evandir; VALLIM, Marco Aurélio. **Administração Financeira: uma abordagem brasileira.** São Paulo: Person, 2009. 264 p.

MOURA, Herval da Silva. O custeio por absorção e o custeio variável: qual seria o melhor método a ser adotado pela empresa?. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.32, p.129-142, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/32/o_custeio_por_absorcao_e_o_custeio_variavel.pdf>. Acesso em: 23 set. 2013.

OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ, José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria Estratégica.** São Paulo: Atlas, 2002. 360 p.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. **Manual de contabilidade internacional IFRS - US Gaap - BR Gaap: teoria e prática.** São Paulo: CENGAGE Learning, 2012. XX, 586 p.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual da Contabilidade Tributária.** 7. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2011. 742 p.

PEREZ JR., José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins de; COSTA, Rogério Guedes. **Gestão Estratégica de Custos**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 360 p.

SCARPIN, Jorge Eduardo. **Redução ao Valor Recuperável de Ativos - CPC 01**.

YouTube, 26 de junho de 2012. Disponível em:

<<http://www.youtube.com/watch?v=w3R3qESks20>>. Acesso em: 06 set. 2013.

TAYLOR, Dena; PROCTER, Margaret. **A Revisão de literatura**: Algumas dicas para conduzi-la; Disponível em <<http://www.utoronto.ca/writing/litrev.html>>. Acesso em: 04 out. 2013.

TVCRCSaoPaulo. **Canal IFRS 04 - Redução ao valor recuperável de ativos**.

YouTube, 19 de março de 2012. Disponível em:

<<http://www.youtube.com/watch?v=GKCIZQoR4sw>>. Acesso em: 06 set. 2013.

APÊNDICE A – DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS CEMIG 2011/2010



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010 (Reclassificado)	2011	2010
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	2.862.490	2.979.693	226.695	302.741
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	7	358.987	321.858	180.000	55
Consumidores e Revendedores	8	2.549.546	2.262.585	-	-
Concessionários - Transporte de Energia		427.060	400.556	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	13	1.120.035	625.332	-	-
Tributos Compensáveis	9	354.126	374.430	72.570	5.233
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10 a	220.760	489.813	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre		22.080	29.959	-	-
Dividendos a Receber		-	-	195.196	230.405
Estoques		54.430	41.080	15	16
Outros Créditos		562.135	560.270	8.801	13.889
TOTAL DO CIRCULANTE		8.531.649	8.085.576	683.277	552.339
NÃO CIRCULANTE					
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	12	1.830.075	1.837.088	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	12	-	-	1.010.079	946.571
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	10 b	2.036.087	1.800.567	424.449	345.472
Tributos Compensáveis	9	327.948	139.883	4.334	426
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10 a	23.605	83.438	19.548	80.117
Depósitos Vinculados a Litígios	11	1.387.711	1.027.206	275.721	195.517
Consumidores e Revendedores	8	158.770	95.707	-	-
Outros Créditos		184.367	138.413	50.694	31.737
Ativo Financeiro da Concessão	13	8.777.822	7.315.756	-	-
Investimentos	14	176.740	-	11.994.523	11.313.969
Imobilizado	15	8.661.791	8.228.513	1.723	2.066
Intangível	16	5.261.181	4.803.687	657	838
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		28.826.097	25.470.258	13.781.728	12.916.713
TOTAL DO ATIVO		37.357.746	33.555.834	14.465.005	13.469.052

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010 (Reclassificado)	2011	2010
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	1.189.848	1.121.009	12.059	1.687
Encargos Regulatórios	20	368.229	384.415	-	-
Participações nos Lucros		89.512	116.183	9.357	5.129
Impostos, Taxas e Contribuições	18a	516.553	403.533	35.740	32.836
Imposto de Renda e Contribuição Social	18b	129.384	137.035	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		1.243.086	1.153.895	1.243.086	1.153.895
Empréstimos e Financiamentos	19	4.382.069	1.573.885	1.011.830	373.599
Debêntures	19	3.438.991	628.681	-	-
Salários e Contribuições Sociais		271.891	243.258	12.987	12.478
Obrigações Pós-emprego	21	100.591	99.220	3.706	3.703
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros		25.143	69.271	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas		-	-	8.646	6.687
Outras Obrigações		414.049	472.973	15.137	14.655
TOTAL DO CIRCULANTE		12.189.346	6.403.358	2.352.548	1.604.689
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	20	262.202	142.481	-	-
Empréstimos e Financiamentos	19	5.358.450	6.244.475	18.397	36.794
Debêntures	19	2.599.559	4.779.449	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	18a	897.087	692.803	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	18b	1.234.024	1.065.399	-	-
Provisões e Contingências Judiciais	22	549.439	370.907	185.952	187.553
Concessões a Pagar		129.696	117.802	-	-
Obrigações Pós-emprego	21	2.186.568	2.061.608	96.245	92.349
Outras Obrigações		226.427	201.419	66.915	71.554
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		13.443.452	15.676.343	367.509	388.250
TOTAL DO PASSIVO		25.612.798	22.079.701	2.720.057	1.992.919
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23				
Capital Social		3.412.073	3.412.073	3.412.073	3.412.073
Reservas de Capital		3.953.850	3.953.850	3.953.850	3.953.850
Reservas de Lucros		3.292.871	2.873.253	3.292.871	2.873.253
Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.080.800	1.210.605	1.080.800	1.210.605
Ajustes Acumulados de Conversão		5.354	(772)	5.354	(772)
Recursos Destinados a Aumento de Capital		-	27.124	-	27.124
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.744.948	11.476.133	11.744.948	11.476.133
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		37.357.746	33.555.834	14.465.005	13.469.052

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Créditos Tributários:				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	631.801	570.611	337.861	260.966
Provisões	141.921	125.412	55.697	56.354
Obrigações Pós-Emprego	369.306	349.909	19.807	18.105
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	211.928	191.866	8.629	8.899
Ágio na Incorporação de Controlada	87.835	84.166	-	-
Instrumentos Financeiros	59.421	33.043	-	-
Variação Cambial	127.768	124.957	-	-
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	180.623	143.109	-	-
Concessão Onerosa	61.941	57.313	-	-
Outros	163.543	120.101	2.455	1.148
	2.036.087	1.800.567	424.449	345.472

(1) Referente ao imposto de renda sobre PASEP/COFINS.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 15 de março de 2012, aprovou estudo técnico, elaborado pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores da Cemig, referente à projeção de lucratividade futura da Companhia, que evidencia a capacidade de realização do Ativo Fiscal Diferido, em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

Em função do estudo de realização dos créditos tributários mencionado acima, a Companhia reconheceu parcela dos créditos tributários referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social que não estavam registrados nas suas Demonstrações Contábeis, no montante de R\$119.850 em 2011 (R\$288.505 em 2010).

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a estes itens, pois é provável, que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes.

Conforme as estimativas individuais da Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido, existente em 31 de dezembro de 2011, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2012	410.956	63.071
2013	560.488	56.208
2014	366.901	46.171
2015	371.177	50.449
2016 a 2017	128.657	88.655
2018 a 2019	108.413	69.407
2020 e 2021	89.495	50.488
	2.036.087	424.449

Os efeitos fiscais diferidos passivos encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

**ANEXO A – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CENTRAL DA CACHAÇA
2012/2011**

**CENTRAL DA CACHAÇA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2012**

**ATIVO
(R\$)**

	2012	2011
CIRCULANTE:		
Caixa e Equivalentes de Caixa	160.284	100.434
Contas a Receber	62.791	2.791
(-)Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.767)	
Estoques	25.650	33.291
Despesas Antecipadas	1.175	1.293
	246.133	137.809
NÃO CIRCULANTE:		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.281	-
Investimentos	329.009	226.472
Imobilizado	337.256	209.004
	667.546	435.477
TOTAL DO ATIVO	913.678	573.286

CENTRAL DA CACHAÇA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2012

PASSIVO

(R\$)

	2012	2011
CIRCULANTE:		
Fornecedores	119.314	90.392
Instituições Financeiras	46.871	-
Obrigações Fiscais e Tributárias	75.783	36.302
Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.110	12.822
Credores Diversos	88.304	88.304
	344.382	227.821
NÃO CIRCULANTE:		
Exigível a Longo Prazo:		
Instituições Financeiras	144.963	93.280
	144.963	93.280
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:		
Capital Social	300.000	180.000
Reserva de Lucros - Legal	6.090	3.609
Reserva de Lucros - Estatutária	11.210	6.858
Reservas de Lucros	104.498	61.718
Ajuste a valor Patrimonial	2.536	
	424.334	252.185
TOTAL DO PASSIVO	913.679	573.286

CENTRAL DA CACHAÇA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2012
(R\$)

	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Venda de Produtos	210.000	116.280
	210.000	116.280
DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA		
Tributos incidentes sobre produtos e serviços prestados	(68.542)	(24.710)
	(68.542)	(24.710)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	141.458	91.571
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(46.000)	(54.109)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	95.458	37.461
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas Com Vendas	-	(900)
Despesas Administrativas	(23.317)	(11.268)
Despesas Tributárias	-	(550)
Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas	-	49.864
	(23.317)	37.146
	72.142	74.607
Receitas Financeiras Líquidas	-	(1.118)
	-	(1.118)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR E DA CSLL	72.142	73.489
Imposto de Renda e Contribuição Social	(23.809)	(17.270)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.281	-
	(22.528)	(17.270)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	49.613	56.219